



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e
desigualdades**

**O PERFIL DE MULHERES NEGRAS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO
GROSSO:
ELEMENTOS PARA O DEBATE SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS**

CINTHIA ASSIS FERREIRA MARTINS¹

RESUMO:

O presente artigo analisa o perfil de mulheres negras na graduação, focando na inserção e desafios acadêmicos que enfrentam. Embora elas tenham se tornado o maior grupo nas Universidades Federais, ainda há muitas dificuldades a serem abordadas. Ressaltamos a importância da Assistência Estudantil como também a criação de programas institucionais eficazes para apoiar esse público.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Política de Educação; Ações Afirmativas

RESUMEN:

El presente artículo analiza el perfil de las mujeres negras en la educación superior, enfocándose en su inserción y los desafíos académicos que enfrentan. Aunque se han convertido en el grupo mayoritario en las Universidades Federales, aún existen muchas dificultades por abordar. Se resalta la importancia de la Asistencia Estudiantil, así como la creación de programas institucionales eficaces para apoyar a este grupo.

Palabras clave: Mujeres Negras; Política educativa; Acciones Afirmativas

¹ Universidade Federal do Mato Grosso

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o perfil de estudantes nas Universidades públicas brasileiras teve significativa mudança, tendo em vista as políticas sociais de ampliação do acesso ao nível superior implementadas. Dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das Instituições Federais de Ensino Superior- IFES - 2018² demonstram que atualmente mulheres negras³ são o grupo mais numeroso em instituições de ensino superior públicas. Esta pesquisa também revela que 70,2 % da população discente apresenta renda familiar *per capita* de até 1,5 salário-mínimo, indicando um aumento de estudantes com um perfil de renda mais baixo nas Universidades Federais em comparação com os dados levantados nas duas pesquisas anteriores. (ANDIFES, 2019)

Há pouco mais de 10 anos, a política de cotas instituída pela Lei 12.711/2012 marcou uma importante conquista no campo da Educação. Essa política resultou da luta histórica do movimento negro, aliada à pressão de diversas organizações políticas e populares sobre o Estado. Apesar das imposições da agenda neoliberal promovida por organismos internacionais, o governo implementou medidas compensatórias que garantiram o acesso e a permanência da população negra na educação superior brasileira.

Em uma sociedade em que o racismo é estrutural, ou seja, está presente na formação sócio-histórica e econômica brasileira, as Políticas de Ação Afirmativas, visam corrigir as assimetrias no âmbito das relações raciais por meio de ações que reparem os danos da histórica discriminação racial, que se reproduz no momento do acesso da população negra às políticas públicas e nas reiteradas práticas violadoras que esse grupo populacional vivencia no processo de permanência nos espaços sociais, portanto, o objetivo principal dessas políticas é modificar o quadro de desigualdade social, contrapondo hábitos e comportamentos arraigados na sociedade brasileira. (EURICO; ALMEIDA, 2020).

Sendo assim, o presente artigo é fruto das reflexões iniciais do projeto de pesquisa “Ações Afirmativas na UFMT: os desafios da mulher negra na trajetória acadêmica da graduação” e estará

² A V Pesquisa de Perfil foi formalizada por meio de Convênio firmado entre ANDIFES/FONAPRACE e a Universidade Federal de Uberlândia. Com objetivo de levantar um conjunto de informações relativas ao perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras e acompanhar gestores monitorar as políticas direcionadas ao ensino superior, avaliar seus resultados, aprofundá-las e corrigir eventuais problemas.

³ Conforme designação do IBGE consideramos mulheres negras as autodeclaradas pretas e pardas. Neste projeto utilizaremos a nomenclatura mulheres negras para o conjunto de mulheres que se autodeclararam pretas e pardas.

apresentando dados parciais do perfil de mulheres negras estudantes da referida Universidade. Tendo por objetivo desvendar quais os desafios que estas estudantes enfrentam no cotidiano acadêmico para permanecer e concluir seus cursos de graduação.

Cabe ressaltar que tais indagações surgem a partir do espaço sócio-ocupacional onde estou inserida como assistente social, lotada na Pró-reitoria de Assistência Estudantil, em que atendo cotidianamente estudantes e tenho contato com as mais diversas histórias de vida de pessoas que buscam acesso ao direito de permanecer na Universidade, entre estas muitas mulheres com o perfil proposto na pesquisa. A partir desta inserção surgiram minhas inquietações, sobre o quão as ações institucionais impactam na vida destas estudantes. Como pontua Guerra (2009) da necessidade de atuarmos sobre a realidade é o que nos conduz ao conhecimento, portanto para intervir é preciso conhecer.

2. A política de educação no Brasil e a luta pelas ações afirmativas e ampliação do acesso no nível superior

A Política de Educação no formato atual, ocorreu devido às lutas, movimentos e confrontações para ser garantida como direito de todos, não se limitando apenas a uma pequena parcela da população – elitizada. Contudo, somente na década de 1980 a educação foi positivada como um direito para todos, estando presente na Constituição Federal de 1988.

Todavia a educação superior nunca foi efetivamente reconhecida como um direito social no país. De fato, a Constituição Federal de 1988 não garante o acesso universal ao ensino superior, ao contrário, a entrada nas instituições de ensino superior é condicionada à capacidade individual dos sujeitos. Este fato dificultou historicamente que pessoas advindas das classes populares, populações tradicionais como indígenas e quilombolas, pessoas com deficiência entre outras ditas “minorias”, que na verdade são a maioria da população, ingressassem na Universidade.

Em 2007, num contexto político mais permeável para as demandas da classe trabalhadora foi criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual buscou ampliar o acesso e permanência no Ensino Superior. A partir do Decreto sob nº 6.096 de abril de 2007, fica instituído “com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais” (BRASIL, 2007).

Contudo, segundo Pereira (2018) devemos pontuar que a expansão das vagas e a ampliação do acesso às Universidades públicas estavam muito aquém do processo de expansão e mercantilização que estava também em curso com a criação de programas como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI). No âmbito de tal programa a expansão ocorreu majoritariamente com matrículas ofertadas por empresas de grande capital e que vêm se utilizando do Ensino à distância como estratégia de redução de custos e maximização de lucros.

Como pontua Pereira

ainda que o acesso ao ensino superior brasileiro faça parte das bandeiras e lutas históricas de setores da classe trabalhadora que estiveram, por décadas, alijados de tal direito, a forma e o conteúdo de tal expansão – com matrículas concentradas em IES com finalidades lucrativas – vêm respondendo mais a frações da burguesia, que precisam ampliar seus mercados, do que efetivamente à democratização do conhecimento, visto o perfil dessa expansão estar associado ao acesso via compra do serviço educacional, acompanhado a fragilidade do processo formativo no quesito qualidade acadêmica. (PEREIRA, 2018 p-190)

Neste contexto, nos chama atenção a contradição no papel do Estado. Por um lado, o governo busca atender às demandas dos trabalhadores e movimentos sociais, visando sua legitimação, especialmente considerando que o governo Lula, nesse momento histórico, foi eleito com o forte apoio dos movimentos progressistas da sociedade. Por outro lado, o Estado continua a atuar como um fomentador do grande capital.

É importante reconhecer que a expansão realizada por meio do REUNI foi, ainda que parcialmente, uma resposta dos governos vigentes às demandas históricas dos movimentos sociais que exigiam o acesso à Universidade pública, assistência estudantil que garantisse não só o acesso, mas a permanência, a interiorização das universidades, aumento de vagas em cursos noturnos para discentes trabalhadores, cotas para estudantes de escolas públicas e cotas raciais, dentre outros.

Contudo, tal expansão veio acompanhada de forte precarização, com recursos insuficientes, pois nesse contexto se manteve o ajuste fiscal e a limitação de alocação direta de recursos nas Instituições Federais de Nível Superior (PEREIRA, 2018).

Em 2012, no governo da então presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), houve a aprovação da Lei no 12.711/2012 que dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e instituições de ensino técnico de nível médio. Esse processo continuou com a aprovação da Lei no 12.990/2014, que dispõe sobre a reserva de vagas para negras/os em concursos públicos federais, e com a Portaria Normativa no 13/2016, dispondo sobre as ações afirmativas na pós-graduação.

No contexto internacional, a implementação das políticas de ação afirmativa em nosso país acompanhou as indicações que o Relatório de Durban (2001) trouxe e do qual o Brasil é signatário. A III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em Durban, na África do Sul, em 2001, indicou aos Estados que implementassem ações afirmativas como estratégias de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia, intolerância correlata, entre elas a violência sexual e de gênero.

Com a criação da Lei 12.711/2012 (Lei de cotas) houve um significativo aumento de oferta de vagas e criação de alternativas para que populações com maior grau de vulnerabilidade, ou seja, negros, indígenas, pessoas com deficiência acessem o ensino superior. Antes das Políticas de Ações Afirmativas havia uma disparidade maior e o perfil do estudante universitário era menos diverso.

No ano de 2023 essa lei foi revista e a nova legislação torna permanente a reserva de vagas nas Universidades Federais e Instituições de Ensino técnico de nível médio Federais para negros, indígenas, pessoas com deficiência, estudantes de escolas públicas e, agora, também para quilombolas. A Lei 14.723, de 2023, determina que os candidatos concorrerão às vagas reservadas pelo programa de cotas, que são 50% do total, apenas se não alcançarem as notas para ingresso às vagas de ampla concorrência. A lei sancionada estabelece prioridade para cotistas em situação de vulnerabilidade social no recebimento de auxílio estudantil. Além disso, reduz de um e meio para um salário-mínimo a renda per capita familiar máxima do estudante candidato ao ingresso pelas cotas por ter cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. As novas regras já valem para a edição de 2024 do Sistema de Seleção Unificada (Sisu).

Devemos ressaltar que a diminuição da renda per capita para o acesso a Assistência Estudantil irá restringir o acesso de diversos estudantes que também necessitam do auxílio para se manterem na Universidade. Desta forma compreende-se que mais uma política social vem caminhando para focalização na extrema pobreza em detrimento do direito ao acesso.

Destaca-se que, através do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, foi criada a Política Nacional de Assistência Estudantil. A PNAES tem por finalidade aumentar as condições de permanência na educação superior pública federal, oferecendo uma série de modalidades assistenciais que visam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a contribuir com o processo de formação. Dentre elas podemos apontar: moradia estudantil, transporte,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

alimentação, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência ou algum tipo de necessidade específica.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o PNAES estabelece uma série de ações a serem realizadas, os recursos financeiros não são suficientes para atender todas essas, deixando assim, a critério das instituições de ensino decidir quais modalidades irão desenvolver e qual metodologia irão utilizar para selecionar os/as estudantes a serem beneficiados. Segundo Palavezzi e Alves (2019) para atingir os objetivos e metas propostas pelo programa e que atendam a necessidade do estudante, é necessário para além da regulamentação o estabelecimento de uma “cultura de financiamento”, com vinculação orçamentária definida em lei.

Num contexto de sucateamento das políticas sociais, de desvalorização da ciência e da educação, de cortes contínuos de financiamento, os recursos são insuficientes para garantir a manutenção do estudante na Universidade com qualidade.

Contudo, ressaltamos que para além da vulnerabilidade socioeconômica, a democratização da educação superior necessita do enfrentamento das discriminações nas trajetórias escolares, acadêmicas e profissionais. Questões como acesso, permanência e evasão se relacionam enormemente ao enfrentamento dessas discriminações.

3. Desigualdades Persistentes e a Ascensão da Mulher Negra: Um Olhar sobre Racismo Estrutural e Educação no Brasil

Como resultado da expansão da universidade e a implementação das cotas raciais, entre outros aspectos, atualmente as mulheres negras são o maior grupo nas universidades públicas do país, como já pontuamos anteriormente. Todavia devido nossa construção social este grupo encontra-se em maior desvantagem social, em virtude do gênero, da questão racial e da classe social.

Para compreender a sociedade brasileira contemporânea, é imprescindível analisar sua formação sócio-histórica e os impactos dessa trajetória até os dias atuais. O processo de colonização, juntamente com as dinâmicas de raça, gênero e classe, emergem como pilares fundamentais na acumulação e reprodução do capital no país. Nesse contexto, é crucial desvendar o racismo estrutural que permeia e sustenta essas relações sociais.

Como argumenta Martins (2020), o racismo não é um fenômeno isolado na formação social dos Estados capitalistas; ao contrário, ele desempenha um papel central na organização das relações políticas e econômicas. Essa perspectiva é essencial para compreender as desigualdades persistentes enfrentadas pela população negra no Brasil.

A pesquisa em curso coloca a mulher negra no centro do debate, reconhecendo-a como o grupo mais vulnerável na base da pirâmide social. Devido à interseção de gênero, raça e classe social, essas mulheres enfrentam desafios históricos e sociais únicos.

As estatísticas refletem essa realidade, evidenciando a existência de um projeto de necropolítica em várias esferas do governo brasileiro, uma política que submete a vida ao poder da morte, conforme Mbembe (2018). Dados do Atlas da Violência de 2020 mostram que, em 2018, as mulheres negras representavam 68% do total de mulheres assassinadas no Brasil, com uma taxa de mortalidade quase duas vezes maior que a das mulheres não-negras (ALVES, 2020).

Além de serem as maiores vítimas de feminicídio, violência doméstica e obstétrica, as mulheres negras são mães que perdem seus filhos para a violência nas periferias e são usuárias de um sistema de proteção social cada vez mais restrito à extrema pobreza. No entanto, em meio a tantos índices negativos, destaca-se um movimento de ascensão dentro das Universidades brasileiras, onde as mulheres negras se tornaram o grupo mais representativo na população universitária. Apesar disso, elas continuam enfrentando desafios significativos para permanecer nesse espaço, incluindo a luta contra o monopólio do saber científico, que ainda é dominado por homens brancos da elite, os quais muitas vezes não reconhecem seus privilégios.

Desta forma, é essencial que a análise das dinâmicas sociais e educacionais no Brasil contemple essas realidades, promovendo um debate que reconheça e valorize a trajetória e as contribuições das mulheres negras, enquanto se enfrenta as estruturas de poder que perpetuam suas desvantagens.

4. O perfil de estudantes negras na UFMT

Mulheres negras no ensino superior enfrentam desafios significativos. Historicamente, foram marginalizadas em diversos aspectos sociais, econômicos e educacionais, resultando em barreiras substanciais ao acesso e à permanência nas universidades. No entanto, elas têm se destacado como símbolos de resistência e superação, conquistando espaço em áreas antes dominadas por homens e por pessoas brancas.

Além disso, a presença dessas mulheres no ensino superior tem promovido uma transformação importante nas perspectivas acadêmicas e nas discussões sobre diversidade, igualdade e inclusão, contribuindo para um ambiente universitário mais plural.

Assim, para avançarmos sobre os desafios enfrentados por essas estudantes frente às estruturas racistas da nossa sociedade que se espraiam também pelas instituições torna-se necessário conhecer seu perfil e o que ele nos trás para refletirmos.

Por conseguinte, foi escolhido como locus desta pesquisa a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), criada em 10 de dezembro de 1970, pela Lei nº 5.647. Atualmente, a UFMT é uma das duas Universidades Federais do estado, mas, durante muitos anos, foi a única instituição de Ensino Superior em Mato Grosso, constituindo presença marcante no cenário socioeconômico e cultural. É uma Universidade multicampus sendo o campus-sede localizado na cidade de Cuiabá e outros três campus sendo eles: Araguaia, composto pelas unidades de Barra do Garças e Pontal do Araguaia, Sinop e Várzea Grande.

Segundo o Anuário Estatístico 2022 produzido pela da Pró-reitoria de Planejamento (PROPLAN/UFMT 2023) a UFMT conta com 13.891 estudantes matriculados, em 86 cursos presenciais. O campus de Cuiabá conta com 9.214 estudantes matriculados, em 55 cursos e o campus de Várzea Grande conta com 860 estudantes matriculados em 5 cursos. A pesquisa foi realizada nos campus de Cuiabá e Várzea Grande, esse que atualmente funciona estruturalmente dentro do campus de Cuiabá, pois a construção de sua sede encontra-se com as obras incompletas desde 2014, e conta com cursos basicamente nas área das Engenharias.

Em relação à divisão dos estudantes por sexo o Campus de Cuiabá caminha pela mesma tendência das IFES nacionais com 53,83% de mulheres e 46,16% de homens. Contudo, o Campus de Várzea Grande com cursos majoritariamente no campo das Engenharias conta com percentual de 31,39% de mulheres e 68,60% de homens. Seguindo também a tendência da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, a qual explicita que estudantes do sexo masculino aparecem na proporção de 2 para 1 nos cursos nas Ciências Exatas, da Terra e Engenharias. Sendo assim, pesquisar sobre alunas negras neste campus trará elementos fundamentais sobre machismo e racismo neste contexto acadêmico. (ANDIFES, 2019)

Os dados sobre raça/etnia não foram divulgados no anuário mencionado. No entanto, ao consultar informações produzidas pela Secretaria de Tecnologia e Informação da Universidade (STI/UFMT), verificamos que o relatório mais recente, referente a 2024, revela que 55,7% dos(as)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estudantes se autodeclararam pretos(as) ou pardos(as), enquanto 39,9% se identificam como brancos(as). Vale ressaltar que, na coleta desses dados, não houve distinção entre pretos e pardos. Fez-se a opção de tal agregação, mas sabemos a importância dessa divisão devido ao colorismo, sabemos que pessoas autodeclaradas pretas ainda sofrem maiores impactos do racismo por suas características fenotípicas do que pessoas pardas.

Destaca-se ainda que o Programa de Ação Afirmativa foi instituído na UFMT pela Resolução Consepe N.º 97, de 31 de outubro de 2011, anteriormente à promulgação da lei 12.711/2012 (Lei de cotas). A presente Resolução prevê que o Programa de Ações Afirmativas reservará 50% das vagas ofertadas, por turno, em todos os cursos de graduação da UFMT, sendo: 30% para estudantes egressos de escolas públicas e 20% para estudantes negros egressos de escolas públicas.

Tal documento considera algumas leis e documentos que já vinham fomentando a necessidade de se pensar o acesso dessa população ao ensino superior, como o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), o documento resultante da pesquisa sobre os antecedentes escolares dos estudantes de graduação das Universidades Federais brasileiras da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, entre outros que também explicitam uma movimentação interna da própria Universidade como o I Fórum da Diversidade na UFMT, que apresentou propostas de políticas de ação afirmativa de acesso ao Ensino Superior (UFMT, 2011).

Sendo assim, explicitaremos a seguir dados sobre as mulheres negras estudantes da UFMT. Estas representam 31,9% dos discentes desta Universidade. Sobre o tipo de ingresso, 56,1% ingressaram por ações afirmativas e 43,9% destas ingressaram por ampla concorrência. A ação afirmativa com maior ingresso é de pretos, pardos e indígenas estudantes de escolas públicas. Também há o ingresso de estudantes quilombolas por edital específico. (STI/UFMT, 2024)

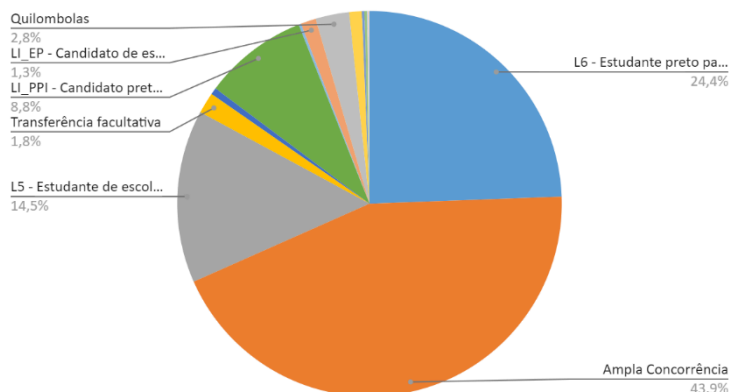


Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

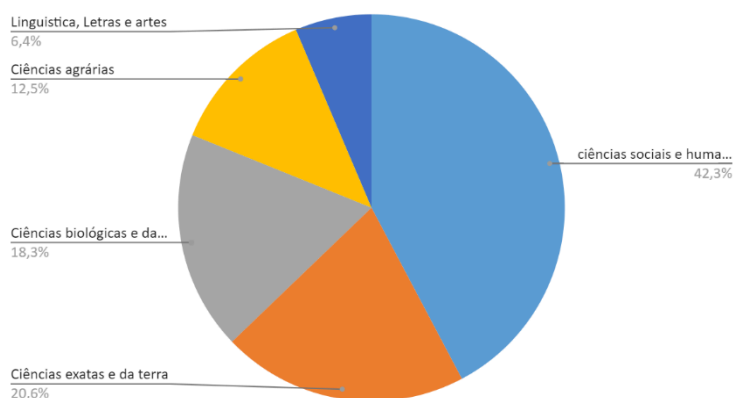
Tipo de ingresso



Fonte:STI/UFMT

Sobre a divisão nos cursos por área de conhecimento, a maior porcentagem de alunas está nos cursos de Ciências Sociais e Humanas. Também foi analisado dois cursos com nível alto de concorrência e tradicionalmente prestígio social, que são os cursos de Medicina e Direito, estes cursos respectivamente são compostos por 21% e 24% de mulheres negras, o que não acompanha o padrão da Universidade como um todo.

área de conhecimento



Fonte:STI/UFMT

Outro dado que nos chama atenção é que 46,6% das estudantes estão matriculadas em curso integral. O que significa maior dificuldade de conciliar estudos e trabalho, sendo assim elas necessitam contar com fontes de renda advindas da família ou estarem auxiliadas pela assistência estudantil.

Entendendo que as Políticas de Ações Afirmativas foram um grande avanço para diminuição da desigualdade no acesso de mulheres, negros e pobres, ressaltamos que no cotidiano da vida acadêmica essas pessoas ainda enfrentam muitas dificuldades para sua permanência na Universidade.

Desta forma também apresentamos dados do último relatório de Gestão da Pró-reitoria de Assistência Estudantil. No presente relatório não há o cruzamento de dados entre raça e sexo dos auxiliados, contudo, ele revela que 62% dos auxiliados (as) são mulheres e 40,5 % auxiliados(as) autodeclarados pardos e 32,4% autodeclarados pretos. Sobre a faixa de renda 54,4% tem renda per capita de até 0,5 salário mínimo (PRAE/UFMT, 2023). O que vem confirmando que os que mais necessitam de auxílio e encontram-se em maior vulnerabilidade social são mulheres negras.

Sobre a composição familiar, os dados indicam que apenas 1,47% das estudantes neste perfil declararam ter filhos. Vale destacar que a UFMT não oferece creche universitária nem auxílio específico para mães estudantes. Isso nos leva a refletir se a presença de mulheres com filhos na instituição é limitada ou se elas acabam desistindo dos cursos, como sugerido pela predominância de cursos integrais mencionada anteriormente. A maternidade e as responsabilidades familiares frequentemente criam barreiras que podem dificultar ou até impedir a participação dessas mulheres no ambiente acadêmico.

Nesse sentido a Pró-reitoria de Assistência Estudantil da UFMT tem se dedicado a atender diversos públicos, visando não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos cursos de graduação para pessoas quilombolas que ingressam por meio do SISU ou de Editais Específicos (PROINQ). Em parceria com a UNISELVA e a Secretaria de Educação - SEDUC/MT, a PRAE desenvolveu e implementou o “Projeto Entre Aldeias e Quilombos: Permanência e Conclusão”. O principal objetivo desse projeto é oferecer suporte, orientação acadêmica e condições para a inclusão social, facilitando a permanência e a formatura de estudantes indígenas e quilombolas na graduação presencial. Vale ressaltar que 76,8% desses estudantes são mulheres negras. (PRAE/UFMT Relatório de gestão exercício 2023)

Além disso, o projeto buscou promover a melhoria do desempenho acadêmico e reduzir os índices de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de recursos financeiros e oferecer ações interventivas que possibilitem, além da permanência, uma conclusão de qualidade e equidade na Universidade.

5. Considerações Finais

Em suma, este artigo apresenta alguns dados referentes ao perfil das estudantes negras da Universidade Federal de Mato Grosso, objetivando problematizar os desafios enfrentados por este público. A etapa seguinte envolverá a coleta de relatos de suas histórias de vida, acreditando-se que isso trará à tona tanto aspectos objetivos quanto subjetivos que impactam na sua trajetória acadêmica.

Considerando esse contexto, é essencial refletir sobre o acesso à educação superior para além do simples ingresso. As Políticas de Ação Afirmativa são cruciais, mas a permanência dos estudantes cotistas nas instituições de ensino superior depende de múltiplos fatores, tanto internos ao ambiente universitário quanto externos, relacionados à família, cultura, comunidade, entre outros.

A UFMT tem avançado na inclusão de grupos que anteriormente estavam à margem do acesso à educação superior. No entanto, é necessário manter um olhar atento às reais necessidades desses estudantes. Neste cenário, é fundamental que as Universidades continuem promovendo esses avanços, especialmente diante das ameaças presentes de desinvestimento e focalização das políticas sociais no país. Essas são ferramentas indispensáveis para a democratização das oportunidades educacionais.

6. Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Magali da Silva; EURICO, Márcia Campos. Ação afirmativa para negras/os na pós-graduação brasileira. p (211-223); In Santos Martins; Nelmires Ferreira da Silva(org.). Racismo estrutural, institucional e Serviço Social. São Cristóvão, SE : Editora UFS, 2020.

ALVES, P. P.; et al. Atlas da violência 2020. Brasília: Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10214/1/AtlasViolencia2020.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2024

ANDIFES/FONAPRACE. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. Uberlândia , 2019.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF,
XVII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: janeiro 2024.

_____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 – institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.

_____. Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010. Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Lei das Cotas.

_____. Lei nº 14.723, de 13 de novembro de 2023. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.

CORDEIRO, Ana Luisa Alves. Políticas de ação afirmativa: implicações na trajetória acadêmica e profissional de afro-brasileiros/as cotistas egressos/as da UEMS (2007-2014). Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco. Mato Grosso do Sul, 2017.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Trad: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. Ação Afirmativa para Negros na pós-graduação brasileira: contributos do Serviço Social ao Debate sobre acesso e permanência. In Santos Martins; Nelmiere Ferreira da Silva(org.). Racismo estrutural, institucional e Serviço Social. São Cristóvão, SE : Editora UFS, 2020

PALAVEZZI, Juliana. ALVES de Moraes Jolinda. Assistência estudantil nas universidades federais: o orçamento do programa nacional de assistência estudantil (PNAES) garante a permanência do



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estudante? In: Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, III, 2019, Londrina.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional. Revista Katális, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 189-199, jan./abr. 2018.

UFMT. Anuário Estatístico 2022. Cuiabá-MT, 2023. Disponível em: <http://www.ufmt.br/pro-reitoria/proplan/pagina/paineis-de-indicadores/10277>. Acesso em: março 2024.

_____. Pró-reitoria de Assistência Estudantil. Relatório de gestão. Exercício 2023. Cuiabá-MT. 2023